



As despesas do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) subiram 12,5% de janeiro a setembro deste ano, em relação ao igual período de 2012

130

É A POSIÇÃO do Brasil em relatório do Banco Mundial que analisa o ambiente de negócios em 185 países. Considerando os tributos, o Brasil é o último colocado



Jornal do Commercio

5

QUARTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2013

54

HORAS É A média global que um empreendedor gasta por ano para organizar pagamento de impostos. No caso do Brasil, são gastas 2.600 horas/ano

O governo tem que controlar o gasto público. Eu sei que não é fácil. Resolver a inflação também não é fácil.

Mansueto Almeida
Economista do Ipea



Contas Públicas

Gastos governamentais têm participação crescente no PIB

MARTA VALIM

Qualquer chefe de família sabe que se as despesas aumentarem e a renda

continuar a mesma, ele terá o difícil trabalho de cortar algum custo do orçamento doméstico para pagar as contas no fim do mês sem ter de pedir emprestado. Com o governo a relação é a mesma. O gasto público no Brasil está crescendo de forma consistente. Exemplo disso é que as despesas do governo central (que reúne Tesouro Nacional, Banco Central e INSS) subiram 12,5% no acumulado de janeiro a agosto de 2013 em relação ao igual período do ano passado. As receitas tiveram alta bem menor, de 8,1%, segundo o Tesouro Nacional. Os dados mais recentes comprovam um desequilíbrio que começou há anos e vem preocupando especialistas. Os gastos públicos atingiram R\$ 804,7 bilhões em 2012, alta de 11% sobre 2011.

Se voltarmos um pouco mais no tempo, veremos que as despesas totais do governo estão com participação cada vez maior no Produto Interno Bruto, a soma de tudo o que é produzido no País. Em 2008 foi o equivalente a 16,42% do PIB e em 2012 pulou para 18,28%, de acordo com dados oficiais.

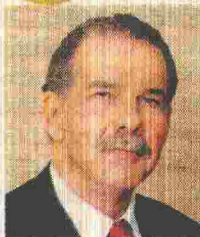
“Temos uma necessidade muito grande de contenção das despesas públicas. Na medida em que se contém as despesas, isso vai gerar menos demanda e deixar o setor produtivo investir mais”. A avaliação é de Carlos Thadeu de Freitas, chefe da divisão econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Na prática não é o que tem ocorrido. O aumento dos gastos governamentais, combinado com crescimento menor das receitas obrigou a equipe econômica a fazer uma espécie de malabarismo fiscal para fechar as contas em 2012. O governo antecipou dividendos de estatais e recursos do Fundo Soberano e, além disso, remanejou despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para cumprir a meta de superávit primário, a economia feita para pagar os juros da dívida.

Houve a transferência de projetos para o programa de forma que eles se tornassem investimentos passíveis de abatimento. Assim, o resultado primário do governo central encerrou 2012 em R\$ 88,5 bilhões, ou 2,01% do PIB. Os R\$ 8,5 bilhões restantes para atingir a meta cheia de R\$ 97 bilhões, ou 2,15% do PIB, foram descontados por serem classificados como investimentos prioritários.

A opinião de muitos economistas converge para o que consideram um modelo fundamentado em gasto público alto e crescente e juros reais elevados, o que provoca baixo potencial de crescimento da economia.

Não existe outro caminho. Para manter o equilíbrio das contas públicas, em um cenário de gastos não financeiros aumentando, e ainda assim tentar atingir a meta de superávit primário, o governo precisa economizar. “Reduzir gastos não significa cortar gastos, significa controlar a velocidade dos investimentos”, esclarece o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Mansueto Almeida.



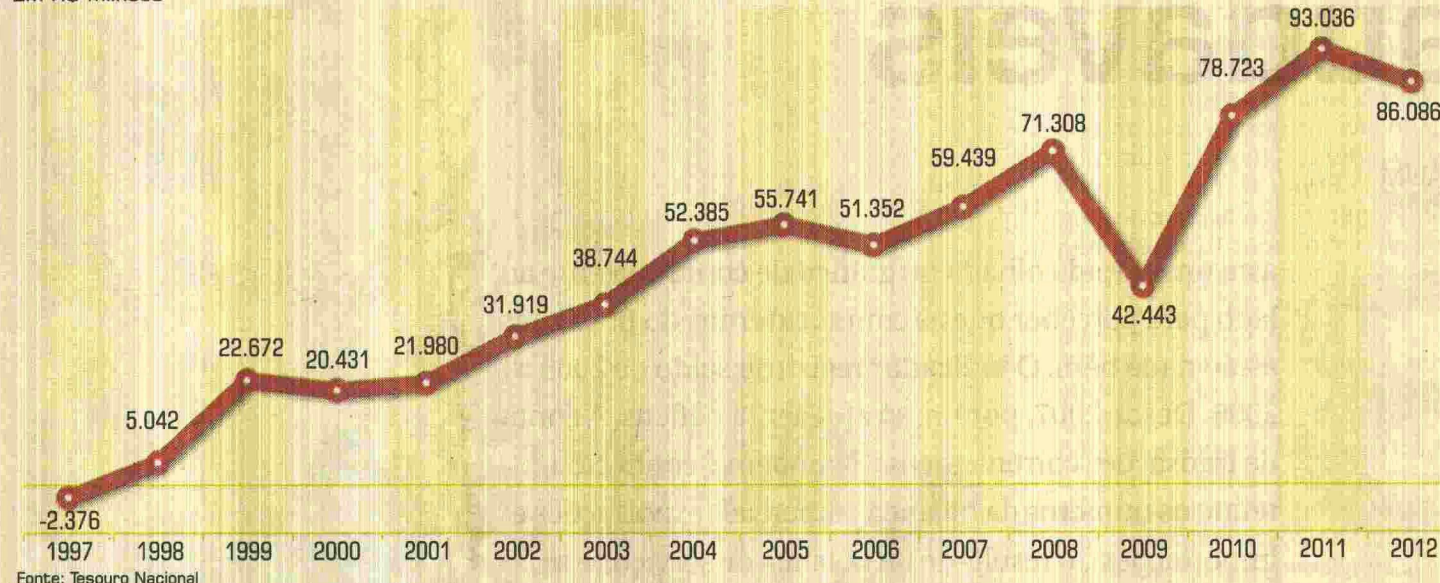
Temos uma necessidade muito grande de conter as despesas públicas.

Carlos Thadeu de Freitas
Economista-chefe da CNC



Resultado Primário do Governo Central

Em R\$ milhões



A taxa de juros elevada e seus efeitos colaterais

A taxa de juros elevada, remédio eficaz para manter a inflação sob controle, provoca efeitos colaterais no cenário macroeconômico. De acordo com muitos economistas, se o gasto corrente do governo continuar crescendo e pressionando a demanda, nos próximos anos será necessário manter a taxa básica de juros (Selic) elevada, porque a oferta não consegue acompanhar o avanço da demanda.

“Dois sintomas de que a economia está andando mal são câmbio muito desvalorizado e a taxa de juros muito alta”, avalia Carlos Thadeu de Freitas, da CNC.

Os juros altos têm o efeito de desestimular o investimento, o que, por sua vez, reduz o aumento da capacidade produtiva. A economia brasileira não cresce e cria-se um ambiente nada virtuoso: baixa oferta provoca inflação, que faz os juros subirem mais, inibindo novos investimentos. No fim, o País tem baixa taxa de investimento. Em 2012, a taxa de investimento foi de 18,1% do PIB, segundo o IBGE.

“A única maneira de reduzir a taxa de juros é o governo investir em infraestrutura e o setor privado investir para adequar e ampliar a capacidade de produção. A taxa de juros é um termômetro da infraestrutura e da capacidade de produção do País”, afirma Otto Nogami, do Insper.

E não é só isso. A elevação da Selic também desestimula o consumo. Dentro desse contexto, os empresários decidem reduzir a produção, e diminuem as contratações. Mais gente sem emprego significa menos consumo, o que é ruim para a economia.

Existe ainda o impacto no custo da dívida. O governo é obrigado a destinar cada vez mais recursos do Orçamento para pagar a dívida e reduzir investimentos em infraestrutura e outras áreas como educação.

O governo da presidente Dilma Rousseff começou com apetite pela redução dos juros. Em maio de 2012 a presidente foi à TV para anunciar uma guerra contra os juros altos. Naquele período a taxa básica estava em 9% ao ano.

Pouco tempo depois o cenário mudou. A inflação disseminada e resistente, que já chegou a superar o teto da meta de 6,5%, levou o Banco Central a iniciar um ciclo de alta dos juros. Já foram cinco aumentos seguidos na taxa básica de juros, a Selic, que hoje se encontra em 9,5% ao ano. Estratégia que deve continuar. O mercado já aposta que a taxa vai chegar ao fim de 2013 em 10% ao ano.

Para o economista Mansueto Almeida, do Ipea, não basta somente o remédio amargo dos juros para controlar a inflação: “O governo tem que controlar o gasto público. Eu sei que não é fácil. Resolver a inflação também não é nada fácil. Tem que manter um mix de política monetária e política fiscal. Política monetária é o que o Banco Central está fazendo aumentando a taxa de juros. Política fiscal é ser mais econômico no lado da despesa”, conclui.

Para Norberto Montani Martins, pesquisador do Grupo de Estudos sobre Moeda e Sistema Financeiro da UFRJ, o que acontece de fato é que alguns gastos do setor público são relativamente “engessados”.

“Política fiscal e gestão das contas públicas devem ser funcional aos objetivos planejados e, em especial, à promoção do crescimento econômico e à estabilização da demanda

agregada”, recomenda ele.

O cenário macroeconômico atual acaba por desestimular o investimento privado, que tem de pagar alta carga tributária. Segundo o relatório Doing Business 2013, do Banco Mundial, que analisa o ambiente de negócios de 185 países, o Brasil é um dos piores lugares para empreender, ocupando a posição 130. Considerando apenas os tributos, o

Brasil é o último colocado.

“O Brasil possui uma estrutura tributária muito complexa, gasta-se muito não só com os impostos, como também para entender o funcionamento dessa estrutura”, diz Vinícius Botelho, pesquisador de Economia Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre).

O relatório do Banco Mundial aponta que um empreendedor brasileiro gasta 2.600 horas por ano para organizar o pagamento de impostos, quando a média global é de 54 horas.

Mais impostos e taxas contribuem para reduzir a rentabilidade das empresas, enquanto a redução do investimento público provoca deterioração da infraestrutura em vários setores, como transportes, por exemplo. Juntas, a queda do investimento público e privado reduz o potencial de crescimento da economia, com impacto direto no PIB.

PARA VINÍCIUS BOTELHO, “a grande questão é a eficiência dos gastos, uma coisa que não se faz aqui”. Para ele, tão importante quanto a destinação dos gastos é como eles são utilizados e revertidos para a cadeia produtiva ao invés de se perder em entraves burocráticos.

Outro fator apontado pelo pesquisador que pode contribuir para a melhor utilização dos gastos é a destruição criativa. “Devemos alocar recursos para os setores que são mais produtivos, transferir recursos de áreas que são improdutivas”.

Melhor controle do gasto ajudaria a aumentar o investimento público, conteria o

apetite tributário e condicionaria a redução dos juros reais. No fim das contas, haveria uma elevação da taxa de investimento da economia, com aumento do PIB potencial. Cenário que criaria, em médio prazo, mais espaço para crescimento sem inflação.

“Na medida em que você não tem infraestrutura nem capacidade de produção adequadas, você vai sempre ter dois problemas: inflação e, consequentemente, taxa de juros alta”, diagnostica Otto Nogami, professor de economia do Insper.

A redução da taxa de juros a partir do equilíbrio das contas públicas tem outro efeito saudável: desestimular a entrada de investimento para fins financeiros. Uma economia mais forte estimularia o aumento do

Investimento Estrangeiro Direto (IED), com a substituição do capital para aplicações financeiras por capital produtivo. Esse cenário teria impacto também na redução da volatilidade do câmbio.

Um ambiente macroeconômico mais estável e previsível é o que leva os empresários, comerciantes e investidores a ter mais confiança e segurança para expandirem seus negócios.



Falta de infraestrutura e capacidade de produção adequadas vai gerar inflação e juros altos.

Otto Nogami
Professor de economia do Insper

